

REVISÃO SISTEMÁTICA, INTEGRATIVA E DE ESCOPO

INVISIBILIZADA, NEGADA E MAL-COMPREENHIDA: A SEXUALIDADE DA PESSOA COM AUTISMO

INVISIBLE, DENIED AND MISUNDERSTOOD: THE SEXUALITY OF PEOPLE WITH AUTISM

INVISIBLE, NEGADA Y INCOMPREENHIDA: LA SEXUALIDAD DE LAS PERSONAS CON AUTISMO

Maria Julia Gabarra Strini¹  Alexandra de Souza Melo²  Fernanda Saviani Zeoti³ 

Resumo: Apesar da sexualidade fazer parte da vida do ser humano, para alguns, sua expressão saudável é restringida. A perspectiva sociocultural a respeito da deficiência impacta na vida afetivo-sexual dessas pessoas, sendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA) considerado uma deficiência pela Lei nº 12.764. Esta pesquisa visou a explicitar e contestar essa concepção sociocultural, suas consequências e discutir sobre características comuns a pessoas com TEA, que podem afetar a expressão de sua sexualidade. Esta revisão integrativa buscou estudos disponibilizados integralmente nos bancos de dados: Biblioteca Virtual em Saúde, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e PubMed, em português e inglês, publicados entre 2009 e 2024, que resultaram nas Unidades de Análise: infantilização das pessoas com TEA, crenças acerca da sexualidade da pessoa com TEA, mudanças na visão social do TEA e consequências para a expressão sexual dentro do espectro, características comuns ao autismo e características do contexto sociocultural que afetam sua sexualidade. Concluiu-se que as dificuldades enfrentadas por essas pessoas na vivência afetivo-sexual e possíveis riscos à saúde podem ser reduzidos por meio da educação sexual apropriada e da mudança na perspectiva social da deficiência, por meio da veiculação de conhecimento científico, garantindo a livre expressão da sua sexualidade.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Sexualidade; Educação Sexual.

Abstract: Although sexuality is a part of life for human being, for some, its expression is restricted. Therefore, the sociocultural perspective regarding impairment impacts the sexual-affective life of these people, with Autism Spectrum Disorder (ASD) being considered an impairment by Law nº 12.764. This research aimed to explicit and question this sociocultural concept, its implications and discuss common particularities in people with ASD that may affect their sexual expression. This integrative review searched studies fully available at databases: Biblioteca Virtual em Saúde, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações and PubMed, in portuguese and english, published between 2009 and 2024, which resulted in the Analysis Units: infantilization of people with ASD, beliefs surrounding the sexuality of individuals with ASD, modifications on the social perspective of ASD and consequences on the sexual expression inside the spectrum, common aspects for ASD and characteristics of sociocultural context that affects sexuality. In conclusion, difficulties faced by these people in sexual-affective experience and possible health risks can be reduced through appropriate sex education and social change regarding impairment, via scientific knowledge spread, assuring free expression of sexuality.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Sexuality. Sex Education.

Resumen: Aunque la sexualidad forma parte del ser humano, para algunos, su expresión saludable es restringida. La perspectiva sociocultural sobre la discapacidad impacta la vida afectivo-sexual de estas personas, siendo el Trastorno del Espectro Autista (TEA) considerado una discapacidad por la Ley Nº 12.764. Esta investigación tuvo como objetivo explicitar y cuestionar esta concepción sociocultural, sus consecuencias y discutir sobre las características comunes de las personas con TEA que pueden afectar la expresión de su sexualidad. Esta revisión integrativa buscó estudios disponibles íntegramente en las bases de datos: Biblioteca Virtual em Saúde, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações y PubMed, en portugués y inglés, publicados entre 2009 y 2024, que resultaron en las Unidades de Análisis: infantilización de las personas con TEA, creencias sobre la sexualidad de la persona con TEA, cambios en la visión social del TEA y



¹Graduanda. Universidade de Ribeirão Preto, Departamento de Psicologia, Ribeirão Preto, Brasil. majugs2002@gmail.com

²Professora Doutora Titular. Universidade de Ribeirão Preto, Departamento de Enfermagem, Ribeirão Preto, Brasil. amelo@unaerp.br

³Professora Doutora Titular. Universidade de Ribeirão Preto, Departamento de Psicologia, Ribeirão Preto, Brasil. fzeoti@unaerp.br

consequências para a expressão sexual dentro do espectro, características comuns do autismo e características do contexto sociocultural que afetam sua sexualidade. Se concluiu que as dificuldades enfrentadas por estas pessoas na vida afetivo-sexual e os possíveis riscos para a saúde podem reduzir-se através da educação sexual adequada e o mudança na perspectiva social da incapacidade, mediante a difusão do conhecimento científico, garantizando a livre expressão de sua sexualidade.

Palabras clave: Transtorno del Espectro Autista; Sexualidad; Educación Sexual.

Introdução

A sexualidade é uma dimensão fundamental da vida de todo ser humano. Entretanto, para alguns, sua expressão plena e saudável pode ser cerceada. Dessa forma, tem-se que a deficiência, isto é, a perspectiva social acerca da pessoa com deficiência, impõe-se de forma a restringir a vivência afetivo-sexual desses indivíduos, limitando-os para além do que suas próprias condições e necessidades específicas podem fazê-lo. Assim, sendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA) considerado uma deficiência pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, cabe aqui discutir os aspectos da sexualidade que o permeiam (Brasil, 2012).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006), sexualidade é um aspecto central do ser humano que envolve sexo, orientação sexual, identidades e papéis de gênero, prazer, intimidade e reprodução. Sua expressão se dá por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, valores e práticas; e é influenciada pela interação de fatores multidimensionais. De forma similar, para Figueiró (2006), compreende sexo, afetividade, prazer, amor, comunicação, toque e intimidade, além de valores e normas culturais acerca do comportamento sexual. Em adição, o Ministério da Saúde considera a sexualidade como um fenômeno plural que influencia o modo de compreender e viver o mundo, e que não está dada naturalmente, dependendo da organização da sociedade e das relações estabelecidas pelo indivíduo (Brasil, 2016).

Para Melo (2004), a sexualidade abrange a história individual e está presente em todo o ciclo vital. Tendo em vista que o ser humano é um ser biopsicossocial, cabe considerar que sua sexualidade também abrange essas três dimensões, abarcando, portanto, fatores físicos, psicológicos – tais como identidade de gênero e orientação sexual – e provenientes da influência do meio.

Considerando outras perspectivas, sob o olhar da psicanálise, a sexualidade é uma dimensão extensa de investimentos e desinvestimentos libidinais que transcendem o ato sexual e abrangem o cenário biopsicossocial. Não é instintiva, mas moldada pelas experiências individuais vivenciadas desde o primeiro contato humano e do modo como elas são percebidas (Malerba, 2020; Mello, 2019). Para outras autorias, o desenvolvimento e a expressão sexual de um indivíduo se dão dentro do contexto familiar e cultural, que guiam seu entendimento e experiências sexuais (Holmes; Himle; Strassberg, 2016).

No século XX, com o surgimento da Aids, intensifica-se a busca pelo respeito à diversidade sexual e a sua liberação, contribuindo para a abertura de discussões sobre a expressão da sexualidade (Melo, 2004). Assim, a partir de modificações nos padrões morais, iniciou-se uma luta pelo respeito às diversas formas de sexualidade. Ressalta-se, entretanto, que tais mudanças foram insuficientes, já que indivíduos fora da heterocisnormatividade ainda enfrentam um processo de desumanização que resulta na violação de seus direitos (Malerba, 2020).

Destarte, há, na contemporaneidade, um tabu relativo à sexualidade, construído ao longo da história ocidental, segundo Fieira (2017), a partir do entendimento de que o sexo é pecaminoso e sujo. Isso posto, esse tabu agrava-se quando somado à deficiência, não ocorrendo diferentemente com o TEA (Ottoni, 2022; Serbai, 2022; Vieira, 2016).

De acordo com o quinto Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V-TR, 2023), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) classifica-se como um transtorno global do desenvolvimento que interfere no comprometimento do comportamento social, da comunicação e da linguagem. É definido pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Além disso, esses sintomas se fazem presentes desde a primeira infância e causam limitações ao funcionamento do indivíduo.

Há fatores de risco tanto ambientais quanto genéticos para o desenvolvimento desse transtorno (DSM-V-TR, 2023), e ele não decorre de uma causa única, mas da interação entre esses fatores (Brasil, 2021). Apesar

do Manual apontar três níveis de suporte necessário, é essencial considerar que o autismo é um espectro e, dessa forma, a presença e a intensidade dos sintomas sofrem grande variação, sendo os indivíduos com TEA muito diversos entre si.

Apesar da perspectiva social limitar a livre expressão da sexualidade das pessoas com deficiência, cabe também destacar algumas características do TEA que podem influenciar as vivências sexuais desses indivíduos. Por exemplo, os sintomas apontados pelo Manual, como hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, déficits na reciprocidade socioemocional, na utilização de gestos e expressões faciais, em iniciar interações sociais e em compartilhar emoções (DSM-V-TR, 2023). Essas dificuldades podem acarretar impactos diretos na esfera afetivo-sexual, como em iniciar e manter relacionamentos românticos e experimentar contatos sexuais, como será melhor explicitado neste trabalho. O Manual (DSM-V-TR, 2023) também evidencia a dificuldade em compreender normas sociais, o que afeta a aceitação e integração em sociedade, sobretudo se sua sexualidade divergir do padrão imposto.

Um contraponto a essa visão sintomática do TEA é o movimento da “neurodiversidade”, apontado por Brillhante *et al.* (2021), Lo Bosco (2023), Nascimento (2021), Ottoni (2022), Ortega (2009) e Vieira (2016), e que visa à despatologização das deficiências neurológicas. Assim, inicia-se uma mudança de perspectiva sobre o TEA, surgindo então reivindicações do direito à sexualidade dessas pessoas.

Isso porque a dimensão sexual desses indivíduos é frequentemente negada, invisibilizada e mal-compreendida a partir de construções socioculturais, como crenças e processos. O que pode ser desconstruído, sobretudo, por meio de pesquisas científicas a respeito da temática.

Objetivos

Explicitar e contestar a perspectiva sociocultural da sexualidade em indivíduos com o Transtorno do Espectro Autista e suas consequências. Discorrer sobre as características comumente presentes nas pessoas com TEA, que podem afetar a expressão de sua sexualidade.

Metodologia

O presente trabalho consiste em uma revisão integrativa da literatura que, de acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008, p. 759-760), “tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado”. Inicialmente, essa revisão se fundamenta na seguinte questão norteadora: Como se manifesta e de que modo é afetada a expressão da sexualidade no TEA, considerando a visão social e as próprias características do transtorno?

Essa revisão foi realizada por meio de buscas no banco de bases científicas da Biblioteca Virtual em Saúde, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e PubMed. Os critérios de inclusão foram: pesquisas teóricas ou empíricas, textos disponíveis de forma integral, escritos em inglês ou em português e publicados entre 2009 e 2024. Para as buscas, foram utilizados os descritores “sexualidade”, “Transtorno do Espectro Autista” e “educação sexual”, publicados em Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH). Dessa feita, a partir das combinações “Transtorno do Espectro Autista” e “sexualidade” (combinação 1) e dos descritores “Transtorno do Espectro Autista” e “educação sexual” (combinação 2), foram encontrados 344 textos. Essas buscas ocorreram entre setembro de 2022 a janeiro de 2024.

Tabela 1 – Distribuição da quantidade de publicações encontradas em cada base de dados para cada combinação. Ribeirão Preto, 2024.

| Base de dados | Nº de publicações encontradas | |
|---------------|-------------------------------|--------------|
| | Combinação 1 | Combinação 2 |
| BDTD | 12 | 7 |
| BVS | 29 | 28 |
| PubMed | 226 | 42 |
| Total | 267 | 77 |

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

Em seguida, foram utilizados como critérios de exclusão: os duplicados e, a partir da leitura dos títulos e dos resumos, aqueles que não possuíam relação com as questões a serem respondidas. Por fim, foram selecionados 29 textos, entre eles, cinco publicados em periódicos nacionais e 18 em internacionais, cinco dissertações de mestrado e uma tese de doutorado nacionais. Os sites da OMS, do Ministério da Saúde e o DSM-V-TR foram consultados para apoio da discussão. Assim como a Lei nº 12.764, dois livros sobre a sexualidade no autismo, um livro de psicologia social, uma tese de doutorado na temática da sexualidade e outros artigos complementares à discussão, totalizando outras 18 referências consultadas.

Quanto à análise dos dados, foi adotada a pesquisa qualitativa, usando a técnica de análise de conteúdo de Bardin, segundo a qual os resultados são agrupados em Unidades de Análise para posterior discussão (Bardin, 1977). Destarte, foram indentificadas as seguintes categorias: infantilização das pessoas com TEA; crenças acerca da sexualidade da pessoa com TEA; mudanças na visão social do TEA e consequências para a expressão sexual dentro do espectro; características comuns ao autismo que podem influenciar a sexualidade e características do contexto sociocultural que afetam a sexualidade no autismo.

Resultados e discussão

A seguir serão descritas as categorias encontradas na presente pesquisa, anteriormente apresentadas no texto.

Infantilização das pessoas com TEA

Uma das construções sociais mais encontradas na literatura é a infantilização de indivíduos com deficiências, processo disfarçado sob o pretexto de cuidado e proteção, o que não ocorre de maneira distinta com o autismo. Para Lo Bosco (2023), a concepção biomédica do TEA, que o percebe como um mau funcionamento do indivíduo, leva ao processo de infantilização e às crenças, que serão mencionados posteriormente.

Nessa condição, destacam-se as limitações e dependências desses sujeitos, o que, por sua vez, faz com que eles sejam vistos como incapazes de experimentar vivências de natureza mais autônoma, como as sexuais (Arend *et al.*, 2021; Dantas; Silva; Carvalho, 2010; Nascimento, 2021; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b; Vieira, 2016). Como consequência da infantilização, a sexualidade das pessoas com TEA é silenciada, problematizada e restringida, sendo causa importante das crenças e pressuposições danosas feitas sobre essas pessoas (Lo Bosco, 2023; Nascimento, 2021).

Nesse panorama, Brilhante *et al.* (2021) postulam que a visão infantilizada dos cuidadores e da sociedade desqualificam e silenciam falas e ações do autista, principalmente quando associadas à diversidade sexual e de gênero, pressupondo-se que, por possuírem limitações, esses indivíduos não são capazes de compreender ou apresentam certa confusão quanto à própria identidade, o que é logo descreditado pelas falas dos participantes do estudo e pela literatura, sendo essa invalidação da autopercepção também mencionada por Mendes e Maroney (2019). Por conseguinte, a infantilização acaba limitando suas experiências afetivas e sexuais e interferindo no recebimento de uma educação sexual de qualidade. Então, devido ao restrito acesso a informações adequadas sobre a temática, esses indivíduos, já vulneráveis, ficam em situações ainda mais desfavoráveis, e mais predispostos a violências dessa natureza, assim como a contrair IST's e a ter experiências adversas (Vieira, 2016).

Crenças acerca da sexualidade da pessoa com TEA

A partir do momento em que se compreende o indivíduo com TEA como alguém incapaz, surgem diversas crenças relacionadas à sua sexualidade, como a assexualidade inerente (Lo Bosco, 2023; Maia; Ribeiro, 2010; Malerba, 2020; Mendes; Maroney, 2019; Ottoni, 2022; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b), a incapacidade em se relacionar afetivo-sexualmente (Malerba, 2020; Nascimento, 2021), de ter autonomia (Lo Bosco, 2023), de expressar seus desejos sexuais ou de controlá-los, de usufruir do ato sexual devido a disfunções sexuais ou de cuidar de eventuais filhos (Maia; Ribeiro, 2010).

Ainda, salientam Malerba (2020) e Torralbas-Ortega *et al.* (2023b), há a crença no desinteresse desses indivíduos em relacionamentos afetivo-sexuais e, por fim, Maia e Ribeiro (2010) acrescentam a ideia de que suas características os tornariam indesejáveis a outrem. Apesar disso, estudos concluíram que a maioria dos jovens com TEA expressa desejo por relacionamentos afetivo-sexuais (Dewinter; De Graaf; Begeer, 2017; Joyal *et al.*, 2021; Ottoni, 2022; Turner; Briken; Schöttle, 2017). Sendo que, em Ottoni (2022), destaca-se o engajamento em práticas sexuais.

Para Malerba (2020), ao contrário do autismo na infância, há baixa produção científica a respeito do autismo na adolescência e, principalmente, da sexualidade desses indivíduos, fato esse que se dá pela ideia de que são assexuados ou que não podem ter sexualidade por seus *déficits* de comunicação. Conseqüentemente, as crenças supracitadas corroboram para a negação, invisibilização e formação de preconceitos e estereótipos acerca da sexualidade da pessoa autista.

Para a Psicologia Social, os estereótipos decorrem de um processo de similarização, ou seja, da convicção de que indivíduos com o mesmo diagnóstico – no caso dos indivíduos com TEA – necessariamente possuem traços de personalidade, ações e sentimentos semelhantes, levando à discriminação (Rodrigues; Assmar; Jablonski, 2003).

Tendo em vista que o TEA apresenta inúmeras gradações, justamente, por se tratar de um espectro, não é possível simplificá-lo ou resumi-lo a uma única forma de ser e existir. Por isso, essa similarização tem implicações diretas sobre a sexualidade da pessoa com autismo, pois uma característica uma vez observada em um indivíduo com TEA é generalizada e aplicada a todos aqueles que também estão no espectro.

Soma-se a isso o fato de que, uma vez formado um esquema a respeito de como se percebe um indivíduo com autismo, as informações posteriores à construção dele passam a ser filtradas. Assim, se a informação condiz com o esquema, ela é facilmente memorizada, enquanto aquela informação que o contraria é ignorada (Rodrigues; Assmar; Jablonski, 2003). Essa é uma das razões pelas quais é tão difícil incluir esse indivíduo na sociedade quando se propagam informações equivocadas e negativas sobre ele em larga escala, uma vez que essas já estão inseridas no senso comum.

Mudanças na visão social do TEA e conseqüências para a expressão sexual dentro do Espectro

Uma evidência de que essas concepções estão mudando, é a maior presença desse tema em produções midiáticas a partir da década de 2000, conforme aponta Malerba (2020), como os seriados *Atypical* e *Amor no Espectro*, que tratam amplamente do tema sexualidade. Isso indica uma tentativa de representação das pessoas com TEA e de desinvisibilização da sexualidade delas, ao passo em que busca incluí-las na sociedade (Vieira, 2016).

Ademais, os movimentos como a “neurodiversidade”, que entende as deficiências neurológicas como uma diferença humana a ser respeitada e não como algo que deva ser curado, não negando as diferentes necessidades de suporte a esses indivíduos, conforme postulam Brilhante *et al.* (2021) e Ortega (2009), também contribuem para uma mudança da visão social a respeito do TEA, sendo essa essencial para evitar que os sujeitos com TEA tenham sua sexualidade e sua vida afetiva prejudicadas pelas crenças de outrem.

O movimento também acrescenta que o direito à vida afetivo-sexual independe de nível intelectual ou limitações do sujeito, o que, para Brilhante *et al.* (2021) e Mendes e Maroney (2019), contribui para desmentir ideias como a da assexualidade e da infantilização, que desconsideram a fala de pessoas com TEA, quando essas reconhecem a vivência da própria sexualidade como um direito (Brilhante *et al.*, 2021).

Além disso, a maior quantidade de estudos atuais sobre o tema também indica mudanças no paradigma da sexualidade no autismo. Observando-se as datas da maioria dos estudos utilizados para a realização deste trabalho (mais presentes a partir de 2016), é possível verificar essa atualidade nas pesquisas, constatação confirmada por Arend *et al.* (2021), Malerba (2020) e Paiva e Miranda (2020).

Em âmbito internacional, Dewinter, Van Der Miesen e Holmes (2020) constatam maior número de pesquisas empíricas sobre a sexualidade no TEA nos últimos anos, isso pode se relacionar a uma melhor conscientização de sua indispensabilidade para a vida e a saúde dessas pessoas. Contudo, Nascimento e Bruns (2019), assim como Paiva e Miranda (2020), apontam para um número muito baixo de estudos nacionais, o que pode indicar um atraso do Brasil em comparação aos demais países. Entretanto, 11 referências nacionais

foram encontradas, em comparação a 18 internacionais, apontando para uma possível melhora nesse aspecto.

Para Arend *et al.* (2021), Malerba (2020) e Paiva e Miranda (2020), esses estudos ainda utilizam-se de relatos de cuidadores ao invés de relatos diretos. Contudo, é possível verificar uma tendência, nos últimos anos, ao aumento de trabalhos que trazem a perspectiva da pessoa autista, seja exclusivamente, conforme salientam Brilhante *et al.* (2021), Dewinter, De Graaf e Begeer (2017), Dewinter *et al.* (2016a), Hillier *et al.* (2019), Joyal *et al.* (2021), Kohn *et al.* (2022), Mendes e Maroney (2019), Ottoni (2022), Pecora *et al.* (2020), Lo Bosco (2023) ou complementarmente às visões de familiares, profissionais da educação e da saúde (Dekker *et al.*, 2017; Dewinter; Van Der Miesen; Holmes, 2020; Dewinter; Vermeiren; Vanwesenbeeck; Van Nieuwenhuizen, 2016b; Serbai, 2022; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b). Mas apenas três desses estudos são nacionais (Malerba, 2020; Ottoni, 2022; Serbai, 2022).

Nesse contexto, os autorrelatos obtidos em pesquisas constituem um diferencial muito importante. Como postulado por Malerba (2020), o fato de os estudos basearem-se em relatos indiretos deve ser motivo de preocupação, pois é bem possível que estejam contaminados por preconceitos e estereótipos socioculturalmente incrustados.

Características comuns ao Autismo que podem influenciar a sexualidade

Para Nascimento (2021), metaforicamente, a sexualidade é como uma fundamental dança de desenvolvimento para os jovens, no entanto, é:

(...) uma dança que a maior parte das crianças autistas nem percebe até que seja óbvio para todos há muito tempo. Então, eles querem dançar, mas terão perdido anos de aulas pré-dança (Newport; Newport, 2002, p. 1).⁴

Isso porque a “descoberta sexual”, que ocorre na puberdade, normalmente surge mais tardiamente para esses indivíduos, por causa do atraso em seu desenvolvimento (Mendes; Maroney, 2019). Sendo comum que eles experimentem práticas, para Pecora *et al.* (2021), e relações afetivo-sexuais também de modo mais tardio ou, ainda, que não as experimentem (Ottoni, 2022).

Dewinter *et al.* (2016a) demonstram semelhanças entre a experiência sexual de meninos com TEA e sem TEA, embora os primeiros obtenham menores taxas de práticas com parceiros e demonstrem maior arrependimento pelas primeiras vivências sexuais. Complementarmente, em Dewinter, De Graaf e Begeer (2017), apesar de desejarem, uma menor quantidade de participantes com TEA estavam em um relacionamento. Sendo mais comum que mulheres estejam nesse tipo de relação. Isso porque, segundo Turner, Briken e Schöttle (2017), elas parecem apresentar menores déficits em comunicação e melhores estratégias de camuflagem, como imitação de comportamentos sociais observados. Para Joyal *et al.* (2021), também demonstram possuir maior conhecimento e experiência afetivo-sexual.

Devido a características comumente encontradas no espectro, a sexualidade das pessoas com autismo enfrenta desafios específicos. As principais se referem aos déficits em interação social, aos interesses e comportamentos restritos e repetitivos, à hiper ou hipossensibilidade, à tendência a perceber extremos ao invés de gradações, à dificuldade em tomar decisões, às eventuais crises e ao desconhecimento sobre sexualidade, em função da educação sexual intencional inadequada (Maggio *et al.*, 2022; Ottoni, 2022; Pecora *et al.*, 2021; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023a; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b; Turner; Briken; Schöttle, 2017).

As dificuldades em socialização e comunicação relacionam-se a entender normas sociais, distinguir certo e errado, identificar emoções e intenções, expressar sentimentos e interesse romântico, interagir com pessoas novas, compreender duplos sentidos e ser sincero em demasia (Ottoni, 2022; Pecora *et al.*, 2021; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b; Turner; Briken; Schöttle, 2017). Por causa dessas características, pessoas com autismo sentem dificuldades em estabelecer e manter relações sociais e afetivas (Stokes; Newton; Kaur, 2007; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b; Turner; Briken; Schöttle, 2017).

Consequentemente, podem experimentar maior solidão, segundo Mendes e Maroney (2019) e, ainda, para Dekker *et al.* (2017), Stokes e Kaur (2005) e Stokes, Newton e Kaur (2007), comportamentos sexuais inapropriados. Dekker *et al.* (2017) acrescentam uma autoestima e competência social rebaixadas. Ademais, possuem menos chances de receber informações relacionadas ao sexo e à sexualidade de seus colegas

⁴It is a dance most autistic children don't even notice until it has been obvious to everyone else for a long time. Then, they want to dance, but they will have missed out on years of pre-dance classes (Newport; Newport, 2002, p. 1).

(Dekker *et al.*, 2017; Joyal *et al.*, 2021; Stokes; Newton; Kaur, 2007; Turner; Briken; Schöttle, 2017). Outra consequência pode ser a impossibilidade de expressar verbalmente a identidade de gênero ou orientação sexual sentida por eles (Mendes; Maroney, 2019).

Quanto às questões sensoriais, essas envolvem contato físico, sensações específicas como de produtos para pele ou vestimentas apertadas, cheiros diversos e barulhos altos ou incômodos. Entretanto, a hipersensibilidade pode ser também uma potencial fonte de prazer para essas pessoas. Outras características autísticas com potencialidades são a sinceridade e a naturalidade para falar sobre sexualidade e questões relacionadas. Para lidar com as dificuldades encontradas, indivíduos com TEA podem apresentar estratégias e hábitos para lidar ou evitar crises de hiperestimulação geradas pelo contato afetivo-sexual (Ottoni, 2022).

Outra característica comumente observada no autismo é a presença marcante da não heterocisnormatividade. Há uma grande quantidade de estudos que constata maior diversidade de orientação sexual entre aqueles que estão no espectro, como Dewinter, De Graaf e Begeer (2017), Hillier *et al.* (2019), Maggio *et al.* (2022), Mendes e Maroney (2019), Ottoni (2022), Pecora *et al.* (2020), Pecora *et al.* (2021) e Turner, Briken e Schöttle (2017), assim como de identidade de gênero em Maggio *et al.* (2022), Mendes e Maroney (2019), Pecora *et al.* (2020), Pecora *et al.* (2021), Turner, Briken e Schöttle (2017) e Warrier *et al.* (2020), destacando prevalência ainda maior entre mulheres (Dewinter; De Graaf; Begeer, 2017; Pecora *et al.*, 2020; Pecora *et al.*, 2021; Turner; Briken; Schöttle, 2017). Cabe ressaltar, entretanto, que a prevalência aumentada da transgeneridade não se restringe ao autismo, sendo também comum a indivíduos com TDAH, TOC, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar, transtorno depressivo maior e transtornos de aprendizagem (Warrier *et al.*, 2020).

Algumas teorias tentam explicar essa diversidade. Quanto às teorias neurobiológicas, propõe-se que a alta exposição à testosterona no período fetal resultaria em uma “masculinização do cérebro”, gerando comportamentos, traços e preferências sexuais masculinas em mulheres com TEA. Além de não esclarecer a diversidade sexual em homens com TEA (Pecora *et al.*, 2021; Turner; Briken; Schöttle, 2017), essa teoria ainda pressupõe que as variações não normativas da sexualidade podem ser explicadas, sobretudo, por alterações neurológicas, o que é problemático, pois, apesar de todas as conquistas da comunidade LGBTQIAPN+, ainda há movimentos que patologizam e problematizam as orientações sexuais e identidades de gênero não heterocisnormativas.

Para as teorias psicossociais, compreende-se que características do TEA, como o afastamento das regras sociais, tornam essas pessoas menos influenciáveis por essas regras e, portanto, mais propensas a explorar sua sexualidade e a agir em inconformidade às normas sociais, identificando-se com características fora da heterocisnormatividade (Brilhante *et al.*, 2021; Dewinter; De Graaf; Begeer, 2017; Mendes; Maroney, 2019; Turner; Briken; Schöttle, 2017). Outrossim, elas podem considerar os traços pessoais mais relevantes que o sexo biológico em um potencial parceiro (Turner; Briken; Schöttle, 2017). O que se concebe atualmente é que essa maior diversidade sexual decorre da interação de fatores psicológicos, neurológicos e sociais (Joyal *et al.*, 2021; Mendes; Maroney, 2019; Pecora *et al.*, 2021).

Há um único estudo que descreve sobre não encontrar um número maior de não heterossexualidade entre indivíduos com autismo, em comparação a neurotípicos, o que é atribuído, pelas autorias, à taxa aumentada de participantes sem TEA não heterossexuais (Joyal *et al.*, 2021). Analogamente, Dewinter, De Graaf e Begeer (2017) observaram que a maior parte dos indivíduos com autismo se identificou como cisgênero.

Isso posto, é fundamental ressaltar que indivíduos com TEA e LGBTQIAPN+, por estarem em múltiplos grupos minoritários, enfrentam um duplo sentimento de diferença e diversos desafios sociais, segundo Dewinter; De Graaf; Begeer (2017), assim como experimentam uma dupla vulnerabilidade (Ottoni, 2022). Como resultado, podem se sentir mais isolados (Hillier *et al.*, 2019).

Isso posto, participantes de um estudo apontaram sentir rejeição por parte da comunidade autística por sua orientação sexual/identidade de gênero, assim como da comunidade LGBTQIAPN+ por sua neurodiversidade. Além disso, relataram a necessidade de agir de certa forma para evitar discriminação por suas diferenças, muitas vezes, omitindo seu diagnóstico, sua orientação sexual ou identidade de gênero (Hillier *et al.*, 2019). Similarmente, participantes do estudo descrito em livro de Mendes e Maroney (2019) relataram que tiveram dificuldades em se sentir aceitos dentro de espaços LGBTQIAPN+ ou em comunidades de

portadores de TEA, como não terem sua sexualidade validada em função do autismo.

Características do contexto sociocultural que afetam a sexualidade no autismo

No que diz respeito aos aspectos familiares, Stokes e Kaur (2005) apontam para uma maior preocupação dos pais em relação aos filhos quando esses têm TEA. Em relação a isso, especialmente na adolescência, com as mudanças psicológicas, físicas e sociais, surge a problemática da independência que, mesmo em indivíduos neurotípicos, pode ser complexa (Vieira, 2016).

Segundo Torralbas-Ortega *et al.* (2023b), pessoas com TEA experimentam, nesse período, um aumento da superproteção materna, o que, para Ottoni (2022), ocasiona em danos à liberdade para agir e expressar-se. Adiciona-se a isso o agravante da infantilização desses adolescentes pelos pais, restringindo sua autonomia de forma ainda mais significativa (Vieira, 2016). A dependência, por sua vez, reverbera sobre a sexualidade desse indivíduo, uma vez que a menor autonomia proporciona menores chances de experimentar afetivo-sexualmente (Ottoni, 2022), minando a possibilidade de ter essas experiências (Vieira, 2016).

Estudos de Brilhante *et al.* (2021) e Vieira (2016) evidenciam a resistência dos pais em reconhecer a sexualidade do filho com autismo, o que se deve ao processo de infantilização e às crenças citadas anteriormente. De acordo com Torralbas-Ortega *et al.* (2023a, p. 4, tradução nossa), “a família é um dos pilares fundamentais no desenvolvimento e socialização do adolescente, proporcionando também conhecimento social e cultural”. Dessa forma, cultura e preconceitos presentes no ambiente familiar tornam a educação sexual adequada difícil.

Para exemplificar, fatores como: superproteção, reduzido conhecimento dos pais na área, inabilidade para comunicar o conteúdo – agravada pelos prejuízos de comunicação do filho –, negação da sexualidade do filho, falta de expectativa de envolvimento dele em relacionamentos normativos, sentimento de desconforto em discutir o tema, crença de que seu filho não possui essa necessidade e apreensão em despertar um desejo sexual que não surgiria naturalmente, restringem a discussão sobre o tema (Arend *et al.*, 2021; Brilhante *et al.*, 2021; Holmes; Himle; Strassberg, 2016; Ottoni, 2022; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023a; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b; Vieira, 2016). Além disso, estudos de Dewinter *et al.* (2016b) e Serbai (2022) indicam que os pais de adolescentes com TEA tendem a subestimar ou apresentar incerteza acerca da extensão das experiências sexuais dos filhos.

Para Holmes, Himle e Strassberg (2016), a discussão sobre sexualidade entre pais e filhos é importante para a transmissão de valores, habilidades e informações. A família também é importante no desenvolvimento da sexualidade, minimizando os riscos a que os sujeitos com TEA estão expostos (Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b). O suporte proporcionado por familiares, assim como por pares e amigos, é fundamental para abordar a sexualidade e acolher o indivíduo, sendo que essa comunicação deve ser aberta e direta, com naturalização da temática e de suas questões (Ottoni, 2022).

Assim, pelas dificuldades, os familiares acabam por deixar a educação sexual dos filhos para educadores ou profissionais da saúde. Essa instrução ocorre, geralmente, de forma indireta e metafórica, o que restringe o acesso da pessoa autista a esses conhecimentos, além de não abordar os aspectos relacionais, que são complexos para esses indivíduos (Torralbas-Ortega *et al.*, 2023a; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b).

Em pesquisa de Hillier *et al.* (2019), verificou-se a baixa compreensão sobre o autismo e questões envolvidas na sexualidade, como orientação sexual e identidade de gênero, por parte da família e de profissionais, que desqualificam a fala de indivíduos com TEA, principalmente, ao afirmar que esses não podem entender sua própria identidade devido ao autismo. Consequentemente, pela falta desses conhecimentos, acabam por não saber apoiar esses sujeitos ou intervir de forma efetiva. Por esses motivos, seria benéfico oferecer aos pais o acesso a informações sobre o desenvolvimento sexual de adolescentes com autismo, pois essa falta de conhecimento pode influenciar a comunicação e a educação sexual a ser proporcionada por eles (Dewinter *et al.*, 2016b).

Em oposição, a pesquisa de Nascimento (2021) indica que a maior parte dos pais de indivíduos com autismo relatou orientá-los quanto a noções de privacidade e masturbação, prevenção de violência sexual, cuidados com o corpo e mudanças desse com a puberdade. Não são negadas, porém, a presença de tabus e crenças, assim como as dificuldades dos familiares em abordar o tema, tudo isso indica a necessidade de maior

suporte e instrução a eles.

Dessa forma, diversos estudos indicam que adolescentes e adultos com TEA possuem conhecimento limitado sobre sexualidade, isso porque o acesso a essas informações é restrito a esses indivíduos (Joyal *et al.*, 2021; Malerba, 2020; Stokes; Kaur, 2005; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b; Turner; Briken; Schöttle, 2017). Esses estudos demonstram que a educação sexual recebida por eles é inadequada e mal-adaptada às suas necessidades (Turner; Briken; Schöttle, 2017).

Internacionalmente, Joyal *et al.* (2021) postulam que, apesar de indivíduos com autismo compreenderem aspectos biológicos da temática, encontra-se uma lacuna no conhecimento sociosexual, que envolve intimidade, autoestima e comunicação afetivo-sexual, como entendimento de intenções e necessidade de consentimento mútuo. Sendo, portanto, necessária uma educação sexual voltada para esses aspectos. Contudo, considerando o cenário nacional, Malerba (2020) aponta que há menor conhecimento a respeito de IST's e métodos contraceptivos, clarificando a necessidade ainda mais emergente de uma educação sexual direcionada a pessoas com TEA no Brasil.

Apesar do exposto, estudo de Kohn *et al.* (2022) apontou que não havia grandes diferenças de conhecimento sexual entre adultos autistas e neurotípicos, apesar dos primeiros encontrarem maior dificuldade em comunicar esse conhecimento efetivamente. Similarmente, Stokes e Kaur (2005) não encontraram diferenças na educação sexual recebida por adolescentes no espectro. Além disso, estudo nacional de Ottoni (2022) também registrou a presença de uma orientação abrangente por parte da família, embora no ambiente escolar ela tenha ocorrido, majoritariamente, de modo informal. Isso pode apontar para uma discreta melhoria da educação sexual recebida, ainda que esses dados sejam escassos, sobretudo, no Brasil.

Várias autorias expressaram-se quanto à imprescindibilidade de uma educação sexual adaptada para pessoas com TEA (Joyal *et al.*, 2021; Maggio *et al.*, 2022; Ottoni, 2022; Pecora *et al.*, 2021; Stokes; Kaur, 2005; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023a; Turner; Briken; Schöttle, 2017); que deve abranger competências sociais e conhecimentos sociosexuais, pontuado por Joyal *et al.* (2021), Maggio *et al.* (2022), Pecora *et al.* (2021), Stokes, Newton e Kaur (2007), Turner, Briken e Schöttle (2017); iniciar-se na infância, de acordo com Dewinter, Vermeiren, Vanwesenbeeck e Van Nieuwenhuizen (2016a) e Torralbas-Ortega *et al.* (2023a); e ser realizada tanto com os pais quanto com os próprios sujeitos (Torralbas-Ortega *et al.*, 2023a).

Tem-se que a educação sexual é fundamental por diversos motivos, sendo que, quando baseada no silêncio, ocasiona a repressão sexual do indivíduo com TEA, dificultando o entendimento de noções sobre a sexualidade (Nascimento; Bruns, 2019). Destarte, caracteriza-se como um fator protetivo ao desenvolvimento sexual, gerando decisões melhor embasadas, maior autonomia e menor vitimização sexual (Ottoni, 2022). Similarmente, para Torralbas-Ortega *et al.* (2023b), ela melhora a qualidade de vida das pessoas com TEA e facilita sua adaptação.

Em adição, a educação sexual proporciona expectativas mais realistas. Contudo, há uma ressalva em relação à busca de informações na internet, fazendo com que esses jovens se deparem e sejam influenciados por conteúdos inexatos, distorcidos e não saudáveis (Torralbas-Ortega *et al.*, 2023a). Um exemplo disso é a pornografia, que pode dificultar as experiências sexuais por gerar expectativas irrealistas, tentativas de reprodução de cenas com viés violento e não corroborar para demonstrar relacionamentos respeitosos e saudáveis (Ottoni, 2022). Por outro lado, o uso da internet, quando sob supervisão de um familiar ou profissional, pode ser positivo ao servir como uma ferramenta de auxílio na aprendizagem, por meio de conhecimentos cientificamente embasados (Ottoni, 2022; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023a).

Para dizer mais, a educação sexual pode prevenir comportamentos sexuais inadequados (Stokes; Kaur, 2005; Stokes; Newton; Kaur, 2007; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b). Isso porque, devido à instrução sexual falha, características do TEA podem corroborar para experiências afetivo-sexuais adversas. Assim, devido à má-compreensão das regras sociais e *déficits* comunicacionais, podem surgir dúvidas e receios acerca de um relacionamento romântico, assim como comportamentos sexuais inapropriados e situações constrangedoras que compelem esses indivíduos a evitar interações afetivo-sexuais, limitando suas experiências sexuais e lesando sua saúde mental.

Por conseguinte, destaca-se que a aprendizagem de normas e habilidades sociais, compreendidas pelo consenso popular como naturais, é fulcral para pessoas com TEA, gerando maior adaptabilidade social

(Malerba, 2020; Stokes; Newton; Kaur, 2007; Vieira, 2016). Por sua vez, os comportamentos sexuais inadequados, apesar de surgirem associados ao desconhecimento sociosexual, não raro, costumam servir para fortalecer a crença de que indivíduos com deficiência não conseguem controlar seus desejos e impulsos por questões neurobiológicas, o que não se sustenta (Vieira, 2016).

Como consequência da exclusão e desinformação, Newport e Newport (2002) postulam que há aumento da vulnerabilização do sujeito com TEA, tornando-o mais suscetível a possuir uma autoestima baixa, sentimentos de incapacidade e inferioridade, aumentando sua dependência dos cuidadores e prejudicando sua saúde mental. Outrossim, essa desinformação pode levar a riscos à saúde física, como contrair IST's e sofrer abusos.

Uma das principais razões pelas quais a educação sexual adequada é essencial é a prevenção da violência sexual, já que a falta de conhecimento sobre o assunto e seus déficits comunicativos tornam pessoas com autismo vulneráveis a serem vítimas ou autores de abusos sexuais (Joyal *et al.*, 2021; Ottoni, 2022; Pecora *et al.*, 2021; Torralbas-Ortega *et al.*, 2023a). Acrescenta-se a isso que, devido a restrições na comunicação, alguns podem não conseguir identificar ou relatar os abusos sofridos (Pecora *et al.*, 2021).

Preocupantemente, as taxas de vitimização sexual entre indivíduos com TEA são muito aumentadas (Pecora *et al.*, 2021; Young; Cocallis, 2023), particularmente entre as mulheres (Ottoni, 2022; Pecora *et al.*, 2021). Além de prevenir a violência, a educação pode ajudar a proteger essas pessoas, fazendo com que elas desenvolvam estratégias para lidar com o problema (Ottoni, 2022). Para Pecora *et al.* (2020), mulheres homossexuais com TEA são ainda mais vulneráveis a experiências sexuais adversas, principalmente por se encontrarem em múltiplos grupos minoritários. Apesar de ocorrer em menor número, homens com TEA também apresentam maior probabilidade de serem vítimas de agressão sexual quando comparados a homens neurotípicos (Young; Cocallis, 2023).

A educação sexual pode, ainda, prevenir gravidez indesejada e ISTs. Essas experiências podem ocasionar o isolamento desses sujeitos, conforme aponta Torralbas-Ortega *et al.* (2023b), restringindo as experiências sociais, já prejudicadas.

Em conclusão, tem-se que as dificuldades enfrentadas na vida afetivo-sexual e os riscos ligados à saúde das pessoas com TEA, ou de eventuais parceiros, podem ser significativamente minorados, ou mesmo superados, com a educação apropriada. Observação confirmada pela literatura, ao destacar que as limitações vistas no TEA podem ser reduzidas por meio de um ambiente escolar e familiar saudáveis (Torralbas-Ortega *et al.*, 2023b). Portanto, não há motivo para reprimir a sexualidade das pessoas com autismo e não é possível sustentar essa visão sociocultural tão limitante. Sobretudo, sendo a sexualidade uma dimensão vital humana, é primordial que as pessoas com TEA tenham acesso a ela. Nesse sentido, uma participante com autismo do estudo de Ottoni (2022, p. 89) propôs uma interessante analogia, comparando a vivência da sexualidade à respiração:

(...) as pessoas simplesmente respiram, porque elas vivem, sabe? Ninguém pode ser acusado de respirar (choro). Ninguém pode ser acusado de amar fora de determinado padrão. Não tem muito padrão para respirar, as pessoas podem fazer aulas de ioga, de meditação, não tem jeito legítimo e bárbaro.

Entretanto, de acordo com Vieira (2016), para garantir que o indivíduo portador de deficiência tenha espaço para expressar plenamente sua sexualidade, faz-se necessário o seu reconhecimento por outrem, o que ocorre somente com uma mudança da visão social, isto é, da invisibilização, negação e mau-entendimento, à visibilização, compreensão e respeito a essa sexualidade. Para que essa mudança seja alcançada, faz-se indispensável a veiculação de informações acessíveis, por meio da educação sexual eficaz, de produções científicas e de movimentos sociais como a neurodiversidade.

Este estudo possui limitações como a subjetividade do tema, tanto em relação à sexualidade, que é experimentada diferentemente por cada indivíduo, quanto às vivências das pessoas com autismo, que são diversas entre si. Isso limita as possibilidades de generalizar conclusões, fazendo-se necessárias outras pesquisas. Além disso, apesar do presente estudo não constatar escassez de textos científicos sobre o tema, esses ainda são recentes, isso indica a emergência de um novo assunto, assim, pode ainda carecer de bases teóricas consolidadas.

Por fim, sugere-se que estudos futuros na área busquem desenvolver métodos de prevenção e promoção da saúde sexual e mental das pessoas com TEA, assim como promover a compreensão adequada

da sexualidade desses indivíduos. Devem também fazer uso de autorrelatos, de forma a incluir a perspectiva de indivíduos no espectro.

Considerações finais

A vigente pesquisa visou a apresentar as construções sociais e características comuns ao TEA que perpassam a sexualidade da pessoa com autismo. Dessa forma, atingiu seu objetivo, explicitando e contestando a visão sociocultural a respeito do indivíduo com deficiência e sua sexualidade e discorrendo sobre as características geralmente presentes no TEA, que podem afetar a expressão da sexualidade de seu portador. Por fim, concluiu que, além de uma educação sexual adequada, a mudança social, alcançada por meio da veiculação de conhecimentos científicos, é o recurso mais importante para evitar os danos à vida, à saúde e à sexualidade da pessoa com TEA.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-V-TR: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 5 ed. Porto Alegre: Artmed Editora LTDA, 2023.

AREND, M. H. R. F. *et al.* A sexualidade em adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão integrativa. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 6, e11810615558, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15558>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. *Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista [...]*. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Cuidando de Adolescentes: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva*. Brasília: [s.n.], 2016. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/cuidando_adolescentes_saude_sexual_reprodutiva.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Linhas de Cuidado Secretaria de Atenção Primária. Definição - Transtorno do Espectro Autista (TEA) na criança*. Brasília: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRILHANTE, A. V. M. *et al.* “Eu não sou um anjo azul”: sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. *Ciência em Saúde Coletiva*, Fortaleza, v. 26, n. 2, p. 417-423, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n2/417-423/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. *Revista Brasileira em Educação Especial*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 555-568, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbeee/a/bV7h6MQqf7VyQ5Y93RYrBdw/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DEKKER, L. *et al.* Psychosexual Functioning of Cognitively-able Adolescents with Autism Spectrum Disorder Compared to Typically Developing Peers: The Development and Testing of the Teen Transition Inventory- a Self- and Parent Report Questionnaire on Psychosexual Functioning. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 47, n. 6, p. 1716–1738, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5432605/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

DEWINTER, J.; DE GRAAF, H.; BEGEER, S. Sexual Orientation, Gender Identity, and Romantic Relationships in Adolescents and Adults with Autism Spectrum Disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 47, n. 9, p. 2927–2934, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5570786/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

DEWINTER, J.; VAN DER MIESEN, A.; HOLMES, L. G. INSAR Special Interest Group Report: Stakeholder Perspectives on Priorities for Future Research on Autism, Sexuality, and Intimate Relationships. *Autism research*, v. 13, n. 8, p. 1248–1257, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7496808/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DEWINTER, J. et al. Adolescent boys with autism spectrum disorder growing up: follow-up of self-reported sexual experience. *Eur Child Adolesc Psychiatry*, v. 25, n. 9, p. 969–978, 2016a. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4990619/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DEWINTER, J. et al. Parental Awareness of Sexual Experience in Adolescent Boys With Autism Spectrum Disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 46, n. 2, p. 713–719, 2016b. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4724358/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

FIEIRA, J. T. *O desenvolvimento psicossocial na criança com autismo no espaço educativo: um estudo empírico bibliográfico à luz da psicanálise*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-I_cd5557e466fca31f6b776f6cec1c118d. Acesso em: 23 ago. 2022.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>. Acesso em: 23 ago. 2022.

HILLIER, A. et al. LGBTQ + and autism spectrum disorder: Experiences and challenges. *International Journal of Transgender Health*, v. 21, n. 1, p. 98–110, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33005905/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

HOLMES, L. G.; HIMLE, M.; STRASSBERG, D. S. Parental romantic expectations and parent-child sexuality communication in autism spectrum disorders. *Autism*, v. 20, n. 6, p. 687–699, 2016. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26408632/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

JOYAL, C. et al. Sexual Knowledge, Desires, and Experience of Adolescents and Young Adults With an Autism Spectrum Disorder: An Exploratory Study. *Front Psychiatry*, v. 12, n. 685256, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8219850/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

KOHN, B. et al. Sexual Knowledge, Experiences, and Pragmatic Language in Adults With and Without Autism: Implications for Sex Education. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 53, p. 3770–3786, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9362056/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LO BOSCO, M. C. ‘Bodies that never grow’: How psychiatric understanding of autism spectrum disorders affects autistic people’s bodily experience of gender, ageing, and sexual desire. *Journal of Aging Studies*, v. 64, n. 101101, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36868614/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MAGGIO, M. G. et al. Sex and Sexuality in Autism Spectrum Disorders: A Scoping Review on a Neglected but Fundamental Issue. *Brain Sciences*, v. 12, n. 11, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9688284/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 159–176, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/kYLkXPZsQVxZ85S95S3fQMz/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MALERBA, V. B. *Sexualidade no Transtorno do Espectro Autista: perspectivas do adolescente, de sua mãe e de seu pai*. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia em Saúde e Desenvolvimento) – Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-08022021-192641/en.php>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MELLO, L. M. L. Autismo e sexualidade. *Psicologia Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 1263-1273, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000300020&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2022.

MELO, A. S. *Validação dos diagnósticos de enfermagem disfunção sexual e padrões de sexualidade ineficazes*. 2004. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-23082007-173607/pt-br.php>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MENDES, E.; MARONEY, M. *Gender identity, sexuality and autism: voices from across the spectrum*. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ>. Acesso em: 10 ago. 2022.

NASCIMENTO, T. R. C.; BRUNS, M. A. T. A família e a sexualidade de filhos(as) autistas: o que a literatura científica nacional oferece? *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 8-13, 2019. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/70. Acesso em: 21 jan. 2024.

NASCIMENTO, T. R. C. *A família e a Educação Sexual de filhos(as) com Transtorno do Espectro Autista (TEA)*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Araraquara, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/3a393243-9b78-41ad-833e-8d8631eef6b3>. Acesso em: 21 jan. 2024.

NEWPORT, J.; NEWPORT, M. *Autism-Asperger's & sexuality: puberty and beyond*. Arlington, Texas: Future Horizons, 2002.

ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência da saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 67-77, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CPcMbsxxyfF3CXSLwTcprwC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

OTTONI, A. C. V. *Sexualidade, Autismo e Vida Adulta: contribuições para educação sexual*. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/8b742776-593b-421f-b63e-35eb8d6bf510>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PAIVA, T. B.; MIRANDA, J. R. Sexualidade e Transtorno do Espectro Autista: Como esse tema é abordado na série “Atypical”. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2020, Maceió. *Anais [...]*, Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69550>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PECORA, L. et al. Gender identity, sexual orientation and adverse sexual experiences in autistic females. *Molecular Autism*, v. 11, n. 1, 57, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7353794/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

PECORA, L. et al. Sexuality and Gender Issues in Individuals with Autism Spectrum Disorder. *Psychiatric Clinics of North America*, v. 44, n. 1, p. 111-124, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32471601/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. *Psicologia Social*. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SERBAI, F. *Adolescência e puberdade na perspectiva de adolescentes com autismo, professores(as) e responsáveis*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6211>. Acesso em: 21 jan. 2024.

STOKES, M.; KAUR, A. High-functioning autism and sexuality: A parental perspective. *Autism*, v. 9, n. 3, p. 266-289, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15937042/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

STOKES, M.; NEWTON, N.; KAUR, A. Stalking, and Social and Romantic Functioning Among Adolescents and Adults with Autism Spectrum Disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 37, p. 1969-1986, 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17273936/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

TORRALBAS-ORTEGA, J. et al. Affectivity and Sexuality in Adolescents with Autism Spectrum Disorder from the Perspective of Education and Healthcare Professionals: A Qualitative Study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 20, n. 3, 2497, 2023a. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36767863/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

TORRALBAS-ORTEGA, J. et al. Affectivity, sexuality, and autism spectrum disorder: qualitative analysis of the experiences of autistic young adults and their families. *BMC Psychiatry*, v. 23, n. 858, 2023b. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10656892/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

TURNER, D.; BRIKEN, P.; SCHÖTTLE, D. Autism-spectrum disorders in adolescence and adulthood: focus on sexuality. *Current Opinion in Psychiatry*, v. 30, n. 6, p. 409-416, 2017. Disponível em: https://journals.lww.com/co-psychiatry/fulltext/2017/11000/autism_spectrum_disorders_in_adolescence_and.6.aspx. Acesso em: 24 jan. 2024.

VIEIRA, A. C. *Sexualidade e Transtorno do Espectro Autista: Relatos de Familiares*. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/a376f16d-0f62-449d-8041-f485f8ea9e95>. Acesso em: 12 ago. 2022.

WARRIER, V. et al. Elevated rates of autism, other neurodevelopmental and psychiatric diagnoses, and autistic traits in transgender and gender-diverse individuals. *Nat Commun*, v. 11, n. 3959, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41467-020-17794-1>. Acesso em: 23 jan. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Sexuality*. 2006. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/sexual-health#tab=tab_2. Acesso em: 10 ago. 2022.

YOUNG, S.; COCALLIS, K. A. Systematic Review of the Relationship Between Neurodiversity and Psychosexual Functioning in Individuals with Autism Spectrum Disorder (ASD) or Attention-Deficit/Hyperactivity Disorder (ADHD). *Neuropsychiatric Disease and Treatment*, v. 19, p. 1379-1395, 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10243356/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Recebido em: 18/04/2024

Aprovado em: 24/02/2025